

**IDENTIFICANDO BENS  
PATRIMONIAIS EM CIDADES DO  
BAIXO SÃO FRANCISCO:  
METODOLOGIA E  
CARACTERIZAÇÃO**

Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual, Rosane  
Piccolo, Ana Rita Sá Carneiro

Volume 40

2009

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Vº 40**

SÉRIE 3 - IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**IDENTIFICANDO BENS PATRIMONIAIS EM CIDADES DO  
BAIXO SÃO FRANCISCO: METODOLOGIA E  
CARACTERIZAÇÃO**

**Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual, Rosane Piccolo, Ana  
Rita Sá Carneiro**

**Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**

Olinda, Maio de 2009



## Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

### Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

### Diretoria

Fernando Diniz Moreira, Diretor Geral  
Juliana Barreto, Diretor  
Flaviana Lira, Diretor

### Conselho de administração

Virginia Pitta Pontual, Presidente  
Silvio Mendes Zancheti  
Tomás de Albuquerque Lapa  
Ana Rita Sá Carneiro  
Roberto Antonio Dantas de Araújo

### Suplentes

Eveline Labanca  
André Renato Pina  
Rosane Piccolo

### Conselho Fiscal

Natália Vieira, Presidente  
Fátima Furtado  
Norma Lacerda

### Suplentes

Fátima Alves Mafra  
Magna Milfont

### Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

### Editores

#### Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

#### Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

#### Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

#### Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80  
53020-130, Olinda, PE, Brasil  
Tel/Fax.: (55 81) 3429 1754  
[textos@ceci-br.org](mailto:textos@ceci-br.org)  
[www.ceci-br.org](http://www.ceci-br.org)

### Ficha bibliográfica

Autores: Sílvio Mendes Zancheti, Virgínia Pontual, Rosane Piccolo, Ana Rita Sá Carneiro

Título: IDENTIFICANDO BENS PATRIMONIAIS EM CIDADES DO BAIXO SÃO FRANCISCO: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO

Tipo da publicação: Textos para Discussão – Série 3: Identificação do Patrimônio Cultural

Local e ano de publicação: Olinda, 2009

ISSN: 1980-8267

# IDENTIFICANDO BENS PATRIMONIAIS EM CIDADES DO BAIXO SÃO FRANCISCO: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO

Sílvio Mendes Zancheti\*, Virgínia Pontual♦, Rosane Piccolo ♡, Ana Rita Sá Carneiro▲

## Resumo

Este artigo apresenta uma metodologia de identificação de bens patrimoniais. A metodologia foi aplicada nos municípios de Água Branca, Olho d'Água do Casado e Delmiro Gouveia, no Estado de Alagoas, na região oeste do Baixo São Francisco. A metodologia inter-relaciona a pesquisa histórico-documental e a leitura da morfologia urbana *in situ*. A pesquisa histórico-documental é baseada no método histórico, que permite reconhecer as dimensões que definem e caracterizam os bens patrimoniais materiais. Como resultado da aplicação do método, foi identificado um conjunto de 29 bens patrimoniais passíveis de proteção. Os bens patrimoniais identificados encontram-se, em grande parte com suas feições primevas intactas ou com pequenas alterações que não ferem os princípios de autenticidade. Constituem-se um acervo significativo e de valor histórico e artístico do Brasil.

**Palavras chave:** Identificação patrimonial, metodologia, Alagoas.

## 1. O método de identificação de bens patrimoniais

O objetivo do trabalho é apresentar os resultados da aplicação de um método de identificação e interpretação patrimonial de bens materiais imóveis em áreas urbanas e territórios que ainda não tiveram seus bens incluídos em listas de proteção ou tutela.

O objeto de aplicação do método foi o conjunto de três municípios do Estado de Alagoas – Água Branca, Olho-d'Água do Casado e Delmiro Gouveia, todos pertencentes à região oeste do Baixo São Francisco.

O método de identificação aqui apresentado é, ainda, um trabalho em desenvolvimento, sendo o resultado de pesquisas de identificação realizadas pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) entre os anos 2005 e 2007.

A metodologia é composta, basicamente, por três procedimentos: 1) a realização de pesquisa histórico-documental; 2) a identificação dos bens *in situ* e 3) a interpretação dos resultados.

Para a *pesquisa histórico-documental* é imprescindível para a identificação do bem cultural pois significa reconhecer as dimensões que o definem e caracterizam. Assim, os registros históricos dos bens constituem os registros para recompor a identidade, a memória e a transformação física sofrida pelo lugar em distintas dimensões, como a histórica, social, econômica, política, morfológica e simbólica.

---

\* Arquiteto, Doutor USP - smzancheti@gmail.com

♦ Arquiteto, Doutor USP - vp@elogica.com.br

♡ Arquiteto, Mestre UFPE - rosanepiccolo@yahoo.com.br

▲ Arquiteto, Doutor Oxford - anaritarcarneiro@hotmail.com

A *identificação dos bens patrimoniais in situ* consiste na realização de levantamentos em três níveis e na confecção de instrumentos de investigação suplementares.

O *levantamento exploratório*, reporta-se à realização de visitas e confecção dos primeiros de registros de bens passíveis de proteção patrimonial. A partir da análise dessas informações, deve ser elaborada uma *ficha de identificação e caracterização sistemática* pelos tipos de bens identificados na análise anterior.

O levantamento *sistemático* consiste no preenchimento das fichas de identificação e caracterização para todos os bens identificados no levantamento exploratório, complementados com novos bens identificados por meio de consultas e entrevistas com moradores, em particular pessoas de destaque nas cidades e participantes de instituições públicas e privadas locais, especialmente as culturais.

As informações coletadas neste levantamento devem ser organizadas e associadas aos fatos (ou temas) constitutivos das narrativas elaboradas pela análise histórica. Essa última associação, deve ser confrontada com as informações sobre a autenticidade e a integridade material dos bens.

Como resultado tem-se uma lista de bens a serem protegidos com valores culturais relevantes, com autenticidade e integridade comprovadas, e inseridos na lógica da narrativa histórica. Essa lista deve ser submetida a uma audiência pública de discussão, com participantes das diversas comunidades envolvidas no processo de proteção. Os temas a serem discutidos são, ao menos: os objetivos da proteção dos bens, os valores culturais associados aos bens e as formas de proteção possíveis.

O levantamento *confirmatório* consiste em uma confirmação *in situ* das características dos bens incluídos na lista de proteção, do levantamento de informações complementares sobre o entorno e de uma análise (ou teste) pormenorizada sobre a autenticidade e a integridade dos bens.

Deve ser ressaltado, que o método pode ser aplicado em vários ciclos, que incluam a inclusão de novos bens ou a re-inclusão de bens excluídos em algumas das fases dos ciclos anteriores. A decisão sobre a realização de ciclos de investigação dependerá dos recursos disponíveis para o trabalho.

## **2. Os resultados**

O resultado norteador do processo de identificação foi a narrativa histórica sobre o desenvolvimento da região do Baixo São Francisco, no atual Estado de Alagoas, que ao lado do levantamento *in situ*, permitiram selecionar um conjunto de 29 bens patrimoniais para a região. Esses bens contêm valores culturais (histórico, artístico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico) que merecem uma tutela por parte da sociedade brasileira, e especialmente a nordestina.

### **2.1 A narrativa histórica**

O conhecimento do acervo documental histórico, as fotos atuais, as visitas *in situ* e as entrevistas realizadas com pessoas que vivenciam a história dessa região, nortearam a apreensão das principais temáticas componentes da justificativa sobre a importância dos bens culturais e o recorte temporal estabelecido, do século XVIII, especialmente do final do século XIX, e início do século XX. Esse recorte é substanciado nos fatos que promoveram transformações na natureza: a construção da Estrada de Ferro de Paulo

Afonso, da Usina Hidrelétrica de Angiquinho e da Fábrica de Linhas Estrela, com o núcleo operário em Pedra e a formação urbana da cidade de Água Branca. Tais fatos constituem-se em uma narrativa que tem a natureza como elemento permanente e unificador de distintos processos históricos. Os fatos locais que marcam as transformações estão por vezes associados às estratégias de ocupação do território nacional, por meio do sistema de transporte ferroviário e do processo da industrialização brasileira que teve como uma das suas exigências a produção de energia elétrica.

As notícias sobre a excentricidade na natureza da região do São Francisco deve ter-se disseminado alhures, fazendo com que o pintor Franz Post, no século XVII, tenha retratado o rio São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso. Tais representações estavam ainda presentes nos oitocentos, então, pelos fotógrafos Augusto Sthal e Augusto Riedel, na década 1860, e Marc Ferrez em 1875, que procuraram registrar a natureza da região do baixo São Francisco.

Os relatórios de Gardner e Halfeld indicam as questões econômicas postas para a afirmação da nação brasileira: o estabelecimento de comunicações - transporte hidroviário e ferroviário - para a integração do território e a produção de energia elétrica de suporte às primeiras instalações manufatureiras. Em 1858, Avé-Lallemant descreve a natureza, moldando suas expressões físico-territoriais, em uma narrativa nem sempre indulgente com a região e o elemento humano que a habita. Situa o rio no imenso território, querendo sugerir aos governantes a importância estratégica de ocupação e dinamização econômica dessa região. Euclides da Cunha no final do século XIX centra sua narrativa na natureza excêntrica - a caatinga - e no sertanejo, integrante de um conflito, elementos que são tematizados como expressões constituintes do povo brasileiro e da formação nacional.

Nas últimas décadas do século XIX as representações do baixo São Francisco, porém passam a dar destaque a dois fatos: a construção da Estrada de Ferro Paulo Afonso e a exploração do potencial energético das cachoeiras, como anotado no "*Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas*", organizado por Álvaro Cardoso em 1908, e "*Terras das Alagoas*", de Ad Marroquim em 1922.

A região de Paulo Afonso foi colonizada a partir do século XVI, mas somente após a expulsão dos holandeses, em 1654, ganhou importância como uma área de pecuária para prover alimento e animais de trabalho para as duas principais zonas de produção açucareira: Salvador e Olinda. Segundo o geógrafo Manoel Correa Andrade (1979: 41), o sertão nordestino foi inicialmente desbravado por colonizadores que partiam dessas duas importantes cidades.

O sistema de ocupação humana do território era bastante rarefeito, com pequeno número de trabalhadores e moradores, pouco propenso a formar núcleos urbanos. O gado era criado solto, em grandes extensões de pastagens, e levado para as zonas de comercialização por meio de boiadas.

Entretanto, a ocupação do território da porção oeste do baixo São Francisco, região de Paulo Afonso até as últimas décadas do século XIX, não modifica a natureza excêntrica. A transformação só é operada com a Estrada de Ferro e a Usina Angiquinho, associadas às questões de formação da unidade nacional, por meio da implantação do transporte ferroviário e do aproveitamento dos recursos hídricos como fonte de energia, primeiramente mecânica/ hidráulica e depois elétrica.

## 2.2 A Estrada de Ferro de Paulo Afonso

A questão do transporte passou a ser enfrentada a partir de 1878, com D. Pedro II abrindo um crédito para obras ferroviárias em todo o Brasil, inclusive a construção de uma linha que ligasse o alto ao baixo rio São Francisco. Após a grande seca de 1878, foi iniciada construção da linha férrea ligando a povoação de Piranhas, na Província das Alagoas, à de Jatobá (depois Itaparica, hoje Petrolândia), na Província de Pernambuco. Segundo afirma Bonfim (2001: p. 11) seriam dois os objetivos de construção dessa estrada: o de ligar comercial e socialmente o alto ao baixo rio São Francisco e o de aproveitar os braços de milhares de retirantes da seca.

Em cinco anos, a Estrada de Ferro Paulo Afonso foi construída, cortando a caatinga do sertão das Alagoas, com um percurso de 116 quilômetros. O traçado da linha férrea foi projetado para correr na direção N.O., com oito estações e diversas obras de artes, como 208 boeiros, 16 pontilhões e 13 pontes (BONFIM, 2001: p. 19, 21 e 22). Paralelamente à estrada de ferro, a navegação também foi incrementada nessa região com a ligação entre Penedo e Piranhas a partir de 1881.

As colocações de Estevão Pinto (1949) convergem para as de Bonfim (2001), ao colocar as várias críticas ao projeto relativas à definição do percurso: “esqueceu-se do princípio econômico e ao mesmo tempo estético...” procurando unicamente encurtar distâncias, levou-o por uma zona desabitada, pedregosa e estéril... (PINTO, 1949, p. 18). Em 1964, essa rede foi desativada, depois de ter aberto fronteiras, interligado cidades e povoados isolados do sertão nordestino e estimulado o comércio e a agricultura.



Construção de trecho da Estrada de Ferro Paulo Afonso, em 1858

Com a desativação da ferrovia e de seu parque ferroviário, ocorreu o abandono e a dilapidação das construções. Pouco resta dos mesmos e, quando ainda existente, estão em precário estado de conservação. Entretanto, os artefatos remanescentes dessa obra constituem um dos principais acervos de bens patrimoniais da região. Dentre os bens desse acervo, cabe ressaltar: o espetacular conjunto de edificações ferroviárias de Piranhas, a estação e a caixa d'água em Olho d'Água do Casado; a estação e o maquinaria de Delmiro Gouveia e, principalmente, as obras de arte, como a ponte do Moxotó, que é considerada por Estevão Pinto como uma das mais significativas.

O quadro abaixo apresenta os bens patrimoniais identificados como representativos da estrada de ferro.



2. Ponte sobre o Rio Moxotó



3. Museu Delmiro Gouveia



4. Caixa D'água de Olho d'Água do Casado

### 2.3 A Usina Hidrelétrica de Angiquinho

A exploração do potencial energético de Paulo Afonso foi perseguida desde meados do século XIX. A primeira efetiva exploração se deu a partir do acordo realizado entre o Governo do Estado de Alagoas com o empresário Delmiro Gouveia, de 1911, seguido da construção da usina colocada em funcionamento em 1913, na escarpa alagoana do *canyon* do São Francisco. Sabe-se que a construção dessa Usina foi impulsionada pelas necessidades de energia elétrica para o funcionamento da Fábrica de Linhas Estrela, localizada na povoação de Pedra, atual cidade Delmiro Gouveia, distante cerca de 30 quilômetros da cachoeira de Paulo Afonso.



5. Foto panorâmica da Cachoeira de Paulo Afonso com a ponte da estrada de ferro

O conjunto da Usina compõe-se de uma casa de força, com três unidades geradoras, uma casa de máquinas, uma ferramentaria, uma seccionadora, uma subestação elevadora, quatro depósitos e oito unidades residenciais. O acesso à casa de máquinas é obtido por meio de conjuntos de escadas encravadas na escarpa da rocha no *canyon*: três metálicas inclinadas e retas e uma helicoidal, perfazendo cerca de 60 metros de altura. Para fazer o transporte de operários e engenheiros, assim como os materiais de construção, equipamentos e maquinaria elétrica e hidráulica, foi construída uma estrada férrea e de um bonde ligando as duas margens do *canyon*.

A Usina de Angiquinho hoje mantém o acervo de suas edificações, praticamente intacto, com perda de, somente, parte da maquinaria. A concepção do projeto estético de Delmiro Gouveia harmoniza a natureza excêntrica com as rochas, o *canyon*, o rio São Francisco e a caatinga alagoana. Essa forma harmoniosa de ocupação do sítio com as edificações da Usina permanece, felizmente, a mesma do momento do início de sua operação, formando uma das paisagens histórico-culturais mais representativas dos primórdios da industrialização do país.



6. Paisagem do Complexo Angiquinho



7. Usina Angiquinho

#### 2.4 A cidade de Pedra - Delmiro Gouveia

Delmiro Gouveia percebeu que a povoação de Pedra apresentava boa localização para o embarque dessas mercadorias para Piranhas e dali para os portos de exportação, especialmente os do Recife. Percebeu ainda Delmiro Gouveia o potencial econômico dessa povoação para o beneficiamento do algodão e a produção de tecidos. Em 1913, Delmiro instalou a Companhia Agro Fabril Mercantil, uma fábrica de linhas de algodão, associada a um núcleo operário. Para a implantação desse empreendimento, ele já tinha construído a Usina Hidrelétrica de Angiquinho, viabilizando o funcionamento da fábrica e da vila operária com a utilização de eletricidade e água canalizada. Uma estrada carroçável, larga e bem conservada, ligava as duas localidades.

Em 1912, com a implantação da fábrica, foi iniciada a construção do núcleo operário o qual contava com casas de porta e janela, conjugadas, construídas em alvenaria de tijolos, cobertas com telhas, rebocadas, caiadas, sendo as portas pintadas de cores claras, além de um longo alpendre. A memória de tais fatos está bem registrada na foto abaixo.



8. Foto panorâmica do Núcleo Operário e demais edificações

A arquitetura de Pedra incorporou elementos do ecletismo e do estilo tradicional das edificações rurais nordestinas. A revelação da estética eclética pode ser percebida nos ornamentos com lambrequins de madeira, presentes na residência de Delmiro Gouveia, nas janelas ogivais da fábrica e nas formas das colunas dos alpendres das casas operárias e do cinema. Da linguagem estética tradicional do campo nordestino, Pedra recupera o uso de alpendres, de triângulos de ventilação, a disposição de casas em arruados e a simplicidade e limitação da ornamentação. Os longos blocos de casas, as ruas retas e largas, o uso da cor branca em todas as edificações conferiam unidade ao núcleo.

A atual cidade de Delmiro Gouveia mantém muito da conformação urbana concebida e construída por esse industrial. Marca a cidade a estrutura do núcleo urbano - a malha viária, a repartição do solo e as tipologias construtivas, a fábrica, a igreja, a praça e o açude além das edificações respectivas para o mercado de peles, o curtume e a estação de trem. O grande espaço da praça hoje fica limitado pela via principal de acesso e pelo muro da fábrica, mas guarda a relação de paisagística de uma vila operária. Entretanto, a descaracterização que esse conjunto sofreu foi muito grande, especialmente quanto aos

fatores morfológicos e de unidade estética que tanto caracterizaram esse núcleo de Pedra no seu início. No entanto, a conservação e a valorização desses elementos constituem um patrimônio, não só da sociedade alagoana como também da brasileira.



9. Praça do Rosário e Vila Operária



10. Casa n. 164 - Fachada e Alpendre Lateral

## 2.5 A cidade de Água Branca

A cidade de Água Branca foi edificada nos flancos da Serra de Água Branca. Apresenta características de uma região de brejo, com presença de olhos d'água, solo fértil e clima serrano.. A densidade da ocupação humana na serra de Água Branca foi muito maior que a do restante do território, levando à formação de um aglomerado urbano de relativo porte já no início do século XIX, com a presença de um grande número de fazendas e sítios na zona rural. Em 1875, o povoado foi emancipado politicamente, tornando-se uma vila e sede do Município de Água Branca, vindo a ser elevado à categoria de cidade em 1919.



11. Conjunto da Praça da Matriz



12. Igreja de Nossa Senhora da Conceição - Fachadas



13. Casarão da Praça da Matriz n.10



14. Casarão da Baronesa



15. Fazenda da Cobra - Capela e alpendre

A ocupação urbana de Água Branca esteve, até meados do século XX, associada à dinâmica da economia local de base agrícola e como centro comercial e de serviços. A atual estrutura urbana de Água Branca reflete o apogeu econômico alcançado no final do século XIX. Apresenta uma morfologia urbana de desenho irregular, orientado a partir da implantação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no sentido norte-sul, em um patamar do sítio de relevo acidentado e entre serras. A igreja representa o ponto focal que origina os arruados de residências e comércio, ao lado de canteiros arborizados, recantos e mirantes. Entre esses pequenos espaços livres, encontra-se uma pequena praça-mirante ao lado da igreja, que, pela sua localização em nível elevado e dispendo de guarda-corpo decorado, exerce papel preponderante de referência histórica e de orientação. Próximo à igreja, está o imponente solar do Barão de Água Branca, integrante do importante grupo de desbravadores da região. A praça da matriz, centro histórico da cidade, de formato retangular, é formada por um casario de grande porte e pela Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1871 pelo mesmo Barão de Água Branca. A Igreja exibe altas torres, nave com detalhes de madeira trabalhada em ouro, mosaicos e imagens trazidas de Portugal, no século XVIII. A praça possui um valor artístico incontestável, por ser um testemunho histórico dos valores sociais e estéticos dos grandes potentados da região no século XIX.

Água Branca possui ainda um acervo patrimonial representativo da ocupação rural, especialmente de fazendas e sítios, para a produção de alimentos. Nesse conjunto, as fazendas da Cobra e de São Francisco de Assis são de particular interesse, por mostrarem valores de representatividade de um período histórico, econômico local (processamento de algodão e engenho de açúcar) e estético, pela fusão de uma arquitetura rural com elementos urbanos mais modernos.

### 3. Conclusões

Mesmo com limitações de recursos para sua realização, este trabalho destaca-se no cenário dos estudos de identificação patrimonial do Brasil, por ser um dos poucos a realizar um levantamento de caráter integrado do ponto de vista da abrangência da área geográfica, do período histórico e das tipologias dos bens. A partir deste estudo é perfeitamente possível realizar um trabalho de identificação da paisagem cultural do sertão com a adição de outros estudos, principalmente do patrimônio ambiental e da cultura imaterial.

A região dos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado possui um acervo de bens que se destaca tanto pela quantidade como pela qualidade dos seus bens patrimoniais.

A qualidade do acervo também pode ser aferida pela autenticidade dos bens. Em geral, observou-se um alto nível de autenticidade mesmo que, em alguns casos, a integridade material dos bens não fosse muito boa. A maioria dos bens identificados tem ainda os aspectos externos e os materiais de construção originais e, em alguns casos excepcionais, o mobiliário original. A exceção mais importante a essa constatação é a vila operária da Pedra (Delmiro Gouveia) que está bastante descaracterizada e com perda significativa de sua autenticidade. Felizmente, mesmo nesse caso, foi possível identificar um conjunto de bens urbanísticos e arquitetônicos que permitem conservar, para as futuras gerações, testemunhos autênticos da vila.

## Referências

ANDRADE, M. C. O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste. Recife: Sudene, 1979.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1961.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. Estrada de Ferro Paulo Afonso - 1882-1964. Paulo Afonso: Serviços Gráficos e Técnicos Ltda, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. Pedra, Plano e Cotidiano Operário no Sertão. Campinas: Papyrus, 1998.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo Ltda, 1957.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade São Paulo, 1975.

HALFELD, Henrique Guilherme F. Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de São Francisco desde a Cachoeira da Piaba até ao Oceano Atlântico, 1852-1854. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

MARROQUIM, Ad. Terra das Alagoas - MCMXXII. Roma: Editori Maglione & Strini. Succ. E. esches 1922. Edição Fac-Similar. Brasil, 2000.

PINTO, E. História de uma Estrada-de-ferro do Nordeste. Rio de Janeiro: José Oympio, 1949.